

Deutsche
Sparkassen
Leasing do Brasil
S.A. - Sociedade de
Arrendamento
Mercantil

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S^{as} as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. Sociedade de Arrendamento Mercantil, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, elaboradas de acordo com a lei das sociedades por ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional, acompanhado do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Oportunamente, confirmamos a adequação das operações realizadas com os objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Negócios, conforme estabelecido no § 3º do Artigo 8º do Regulamento Anexo à resolução 3.040 de 2002.

Durante o exercício de 2018 a Instituição conseguiu mais uma vez obter bons resultados sendo capaz de aumentar a sua carteira de arrendamento de forma significativa fechando o período com um montante de R\$ 217 milhões com 355 contratos ativos, ante os R\$ 102 milhões e 141 contratos de 2017.

Em 31 de dezembro de 2018 a Instituição voltou a apurar lucro e reverteu os prejuízos acumulados encerrando o período com um lucro anual de R\$ 1.976 e reservas de lucro de R\$ 630.

Principais indicadores

	2018	2017
Ativos Totais	354.252	168.083
Carteira de Arrendamento	217.507	102.239
Resultado do Exercício	1.976	(2.206)
Patrimônio Líquido	52.701	37.253
Índice de Basileia II	18,81%	24,99%

Remuneração de acionistas

Consoante estatuto social, caso sejam apurados lucros em cada exercício, a Instituição poderá distribuir 25% dos resultados, após efetuadas as deduções legais e a constituição das reservas legais, podendo ainda os dividendos não serem distribuídos, mas sim convertidos em eventual aumento de capital.

São Paulo, 28 de março de 2019.

A Diretoria

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento
Mercantil
São Paulo - SP**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil ("Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião com ressalva

A Leasing registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações financeiras nº 3g e 6. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Leasing, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Leasing é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Leasing continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Leasing. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL S.A. - SOCIEDADE DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		33.021	26.762	Circulante		63.538	38.992
Caixa e equivalentes de caixa		24.383	9.429	Obrigações por empréstimos	11	48.556	17.435
Depósitos bancários	4	9.380	409	Empréstimos Internos		31.238	9.311
Aplicações financeiras	5	15.003	9.020	Empréstimos Externos		17.318	8.124
Operação de arrendamento mercantil	6 e 7	(549)	(394)	Outras obrigações	12	14.982	21.557
Operação de arrendamento a receber - setor privado (Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		83.701	36.943	Fiscais e previdenciárias		985	620
(Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(724)	(498)	Diversas		13.997	20.937
Outros créditos	8	9.187	17.628	Exigível a longo prazo		238.013	91.838
Diversos		9.214	17.647	Obrigações por empréstimos	11	132.539	54.120
Provisões para outros créditos de liquidação duvidosa		(27)	(19)	Obrigações por empréstimos internos		83.380	26.817
Outros valores e bens		-	99	Obrigações por empréstimos externos		49.159	27.303
Despesas antecipadas		-	36	Outras obrigações	12	105.474	37.718
Bens não de uso		-	63	Fiscais e previdenciárias		5.485	2.974
Realizável a longo prazo		3.105	2.751	Diversas		99.989	34.744
Operação de arrendamento mercantil	6 e 7	(360)	(223)	Capital	13	52.701	37.253
Operação de arrendamento a receber - setor privado (Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		180.183	91.265	Reserva de lucros/Prejuízo acumulado		52.071	38.599
(Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(180.183)	(91.265)			630	(1.346)
Outros créditos		3.465	2.974				
Diversos	8	3.465	2.974				
Permanente		318.126	138.570				
Imobilizado de arrendamento	9	317.321	137.066				
Bens arrendados		322.454	140.035				
Superveniência de depreciação		24.012	12.011				
Depreciações acumuladas		(29.145)	(14.980)				
Imobilizado de Uso	10	805	1.504				
Bens de uso próprio		1.735	2.331				
Depreciações acumuladas		(930)	(827)				
Total do ativo		<u>354.252</u>	<u>168.083</u>			<u>354.252</u>	<u>168.083</u>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro por ação)

	Nota	2018		2017
		Semestre	Exercício	
Receitas da intermediação financeira		21.866	45.810	29.039
Resultado de operações de arrendamento mercantil	16a	21.780	45.643	28.192
Resultado com títulos e valores mobiliários	16b	86	167	847
Despesas de intermediação financeira		(16.075)	(35.019)	(21.331)
Despesas de Captação		(3.911)	(13.184)	(7.691)
Operações de arrendamento mercantil	16a	(12.164)	(21.835)	(13.640)
Provisão para operação de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	6	197	(371)	(599)
Resultado bruto da intermediação financeira		5.988	10.420	7.109
Outras receitas (despesas) operacionais		(3.617)	(8.470)	(9.671)
Receita de prestação de serviços		274	391	95
Despesa de pessoal	16c	(2.751)	(5.373)	(5.828)
Outras despesas administrativas	16d	(2.183)	(4.345)	(3.769)
Despesas tributárias	16e	(697)	(1.386)	(776)
Outras despesas operacionais		(196)	(423)	(433)
Outras receitas operacionais	16f	1.936	2.666	1.040
Resultado operacional		2.371	1.950	(2.562)
Receitas(despesas) não operacionais		68	26	14
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		2.439	1.976	(2.548)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	342
Imposto de renda diferido	12a	(279)	(3.000)	(2.661)
Ativo fiscal diferido	8	279	3.000	3.003
Lucro líquido/prejuízo líquido no semestre		2.439	1.976	(2.206)
Nro. de ações	12	52.070.986	38.598.986	38.598.986
Lucro líquido/prejuízo líquido por ação		0,04684	0,05119	(0,05715)

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL S.A. - SOCIEDADE DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro 2016	38.599	256	604	-	39.459
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.206)	(2.206)
Compensação do Prejuízo:					
Reserva legal	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	(256)	(604)	860	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	38.599	-	-	(1.346)	37.253
Saldos em 31 de dezembro 2017	38.599	-	-	(1.346)	37.253
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.976	1.976
Aumento de capital	13.472	-	-	-	13.472
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	31	-	(31)	-
Reserva de lucros	-	-	599	(599)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	52.071	31	599	-	52.701
Saldos em 30 junho de 2018	38.599	-	-	(1.809)	36.790
Lucro líquido do semestre	-	-	-	2.439	2.439
Aumento de capital (vide nota 14 a)	13.472	-	-	-	13.472
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	31	-	(31)	-
Reserva de lucros	-	-	599	(599)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	52.071	31	599	-	52.701

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	2018		2017
	Semestre	Exercício	
Atividades operacionais			
Lucro/(Prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social	2.439	1.976	(2.548)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidos	(197)	371	599
Depreciação	7.759	14.580	11.577
Superveniência de depreciação	(1.117)	(12.034)	(10.664)
Imposto de renda - valores diferidos	(279)	(3.000)	(2.661)
Crédito tributário	279	3.000	3.003
Lucro/(Prejuízo) ajustado	8.884	4.893	(694)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(72.339)	(109.362)	(86.074)
Operações de arrendamento mercantil	(67.404)	(117.403)	(67.756)
Outros créditos	(5.123)	7.942	(18.335)
Outros valores e bens	188	99	17
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	2.670	(3.877)	18.024
Outras obrigações	2.670	(3.877)	18.024
Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais	(60.785)	(108.346)	(68.744)
Atividades de investimento			
Aquisição de bens de uso	-	-	(69)
Alienação de bens uso	288	288	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	288	288	(69)
Atividades de financiamento			
Empréstimos	64.387	109.540	62.561
Aumento de capital	13.472	13.472	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	77.859	123.012	62.561
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	17.362	14.954	(6.252)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício	7.021	9.429	15.681
No fim do semestre/exercício	24.383	24.383	9.429
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	17.362	14.954	(6.252)

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil (“Leasing” ou “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 24 de julho de 2015 e autorizada pelo BACEN em 06 de outubro de 2015 através do Ofício 17022/2015. A integralização do capital foi realizada em 21 de outubro de 2015 (data de início das atividades).

A Instituição tem por objeto social a prática exclusiva de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor e a celebração de contratos de arrendamento mercantil iniciou-se em dezembro de 2015.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN somente quando por ele aprovadas.

Desta forma a instituição na elaboração das demonstrações financeiras adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN):

CPC 01 - R1 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Res. CMN nº 3.566 - 29/05/2008

CPC 03 - R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Res. CMN nº 3.604 - 29/08/2008

CPC 05 - R1 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Res. CMN nº 3.750 - 30/06/2009

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Res. CMN nº 4.007 - 25/08/2011

CPC 24 - Evento Subsequente - Res. CMN nº 3.973 - 26/05/2011

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Res. CMN nº 3.823 - 16/12/2009

CPC 33 - Benefícios a Empregados - Res. CMN nº 4.424 - 25/06/2015 com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram aprovadas pela administração em 28 de março de 2019.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pró-rata dia para aquelas de natureza financeira, incluindo efeitos de variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos indexados.

Não são apropriadas as receitas de arrendamento que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos.

As receitas de natureza financeira são apropriadas pelo método exponencial.

As receitas relativas a operações em moeda estrangeira são apropriadas pelo método linear.

b. Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos, e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata die” e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o preço de realização dos ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

c. Apresentação das Demonstrações do Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas pelo CPC 03, aprovadas pela resolução CMN 3604/08.

d. Redução do valor recuperável de ativos não monetários

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

e. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

f. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado.

g. Operações de arrendamento mercantil

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída exclusivamente por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

- **Arrendamentos a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
- **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.
- **Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo de aquisição, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com o prazo do contrato, deduzido do valor residual garantido para as operações de arrendamento financeiro ou deduzido pelo prazo de vida útil estimada dos bens, para as operações de arrendamento operacional.
A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada no resultado de operações de arrendamento mercantil.
- **Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. Consequentemente, a Instituição reconheceu no resultado do exercício de 2018 uma superveniência de depreciação líquida no valor de R\$ 12.034 (R\$ 10.664 em 2017). O saldo acumulado de superveniência de depreciação em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 24.012 (R\$ 12.011 em 2017). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento.

- **Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa:**

A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi calculada em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo).

- h. **Imobilizado de uso e intangível**

Até dezembro de 2016, o imobilizado foi registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados.

A partir de Janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A espera utilizar o ativo.

- i. **Empréstimos**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro-rata” dia.

- j. **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e a Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional, determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social.
- A partir do primeiro semestre de 2017, a Instituição passou a constituir crédito tributário de imposto de renda (25%) sobre os prejuízos fiscais originados pela diferença temporária relativa ao saldo de superveniência de depreciação apresentado no final do período.
- A Instituição não constituiu nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 nenhum outro crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias.

k. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

4 Disponibilidades

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos Conta Movimento	9.380	409

5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	31/12/2018	31/12/2017
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	15.003	-	15.003	9.020

Valor relativo a aplicações interfinanceiras de liquidez e vencimento imediatos junto ao Banco Itaú-Unibanco, com taxas entre 78% e 96% da variação CDI (entre 98% e 100% em 2017).

6 Operações de arrendamento mercantil

O saldo dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado pela taxa interna de retorno de cada contrato e acrescidos das contraprestações faturadas e não pagas. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais e somam:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Arrendamento Financeiro	217.507	102.239
Arrendamentos a Receber	263.884	128.208
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(263.709)	(128.104)
Valores Residuais a Realizar	160.192	31.487
Valores Residuais a Balancear	(160.192)	(31.487)
Imobilizado de Arrendamento - Bens Arrendados	322.454	140.035
Imobilizado de Arrendamento - Depreciação Acumulada	(29.145)	(14.980)
Superveniência de Depreciação	24.012	12.011
Credores por Antecipação de VRG	(99.989)	(34.931)
Total da Carteira de Arrendamento	217.507	102.239

a. Composição da Carteira por Setor de Atividade:

Setor Privado	Parcelas a	Parcelas a	Parcelas a	31/12/2018	31/12/2017
	Vencer até 3 Meses	Vencer entre 3 e 12 Meses	Vencer Acima de 12 Meses		
Indústria	14.166	34.787	77.936	126.889	62.608
Comércio	1.019	2.625	6.158	9.802	6.963
Serviços	10.850	17.408	52.558	80.816	32.668
Total	26.035	54.820	136.652	217.507	102.239

b. Concentração de Crédito

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	59.941	28%	49.125	48%
20 Maiores Seguintes	50.480	23%	28.867	28%
Demais Devedores	107.086	49%	24.247	24%
Total	217.507	100%	102.239	100%

c. Composição da Carteira por tipo de equipamento

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Máquinas e equipamentos	191.681	60.066
Veículos e afins	25.826	42.173
Total	217.507	102.239

d. Composição da Carteira por moeda e indexador

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
Contratos em reais prefixados	146.383	67%	66.406	65%
Contratos em euros prefixados	66.864	31%	35.833	35%
Contratos em reais pós-fixados	4.260	2%	-	-
Total	217.507	100%	102.239	100%

7 Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, como requerido pela Resolução CMN nº 2682/99, em 31 de dezembro de 2018 estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	% Provisão Requerida	Valor Presente da Carteira	31/12/2018 Valor da Provisão	Valor Presente da Carteira	31/12/2017 Valor da Provisão
AA	0,0%	119.682	-	36.770	-
A	0,5%	84.171	421	57.736	289
B	1,0%	10.645	106	5.698	57
C	3,0%	1.908	57	760	23
D	10,0%	668	67	150	15
E	30,0%	-	-	1.125	337
H	100,0%	433	433	-	-
Total		217.507	1.084	102.239	721

Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	721	141
Constituição Líquida de provisão	363	580
Saldo Final	1.084	721

A Instituição não teve créditos recuperados, baixas para prejuízo ou contratos renegociados, nos exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017.

8 Outros créditos

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos por Conta de Imobilizações (a)	5.588	16.779
Créditos Tributários (Nota 13)	6.003	3.003
Impostos a Compensar	488	270
Locadora DL do Brasil (b)	103	89
Créditos com característica de concessão de crédito	27	19
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (c)	(27)	(19)
Outros	470	461
Total	12.652	20.602
Curto Prazo	9.187	17.628
Longo Prazo	3.465	2.974

- (a) Adiantamentos a fornecedores por conta de contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.
(b) Valor a receber a título de reembolso de despesas compartilhadas.
(c) Provisão constituída no exercício de 2018 com impacto de R\$ 8 no resultado (R\$19 em 2017).

9 Imobilizado de arrendamento

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Máquinas e Equipamentos	188.108	(22.992)	165.116	84.135	(12.126)	72.009
Veículos	134.346	(6.153)	128.193	55.900	(2.854)	53.046
Superveniência de Depreciação	-	-	24.012	-	-	12.011
Total	322.454	(29.145)	317.321	140.035	(14.980)	137.066

A depreciação é calculada em função dos prazos dos contratos de arrendamento e baseada no valor residual estimado dos bens ao final dos contratos.

10 Imobilizado de uso

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Instalações	735	(421)	314	735	(274)	461
Móveis e Equipamentos	283	(83)	200	283	(55)	228
Equipamentos de Informática	100	(55)	45	100	(36)	64
Veículos	328	(202)	126	924	(351)	573
Software	289	(169)	120	289	(111)	178
Total	1.735	(930)	805	2.331	(827)	1.504

11 Obrigações por empréstimos e financiamentos

Descrição	Até 3	De 3 a 12	Acima de	31/12/2018	31/12/2017
	Meses	Meses	12 Meses	Total	Total
Empréstimos - No País (a)	7.651	23.587	83.380	114.618	36.128
Empréstimos - No Exterior (b)	4.330	12.988	49.159	66.477	35.427
Total	11.981	36.575	132.539	181.095	71.555

- (a) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 10,79% a.a. (11,30% a.a em 2017) e vencimento final em dezembro de 2023 (dezembro de 2022 em 2017). Para as operações indexadas ao CDI a taxa de juros era de 1,56% com vencimento final em novembro de 2023.
- (b) Empréstimos captados, no exterior, em Euros, junto à Deutsche Leasing Funding B.V. com juros pré-fixados variando entre 0,85% e 1,19% a.a. (0,87% e 1,20% a.a. em 2017) e com vencimento final em fevereiro de 2024 (fevereiro de 2024 em 2017).

12 Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Imposto de Renda Diferido (Nota 13)	6.003	3.003
Impostos e contribuições s/salários	194	506
COFINS a Pagar	51	37
ISS a Pagar	213	37
Outros	9	11
Total	6.470	3.594
Curto Prazo	985	620
Longo Prazo	5.485	2.974

b) Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	5.671	15.547
Despesa com Pessoal	1.388	610
Adiantamento de Clientes	6.845	4.452
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 6)	99.989	34.931
Serviços de terceiros	93	126
Locadora DL	-	15
Total	113.986	55.681
Curto Prazo	13.997	20.937
Longo Prazo	98.989	34.744

13 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os impostos correntes e diferidos da Instituição têm as seguintes bases de cálculo e montantes provisionados:

Corrente	2018		2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	1.976	1.976	(2.548)	(2.548)
Exclusão da superveniência de depreciação	(12.001)	-	(10.646)	-
Adição (exclusão) de variação cambial	-	-	459	459
Ajuste da depreciação de bens arrendados	(16.287)	(16.287)	(698)	(698)
Outras adições temporárias	723	723	294	294
Outras adições não temporárias	101	101	48	48
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	371	371	599	599
Base de cálculo (prejuízo fiscal)	(25.117)	(13.116)	(12.492)	(1.845)

Nos últimos dois exercícios a Instituição não gerou lucros tributários, razão pela qual não apresenta provisão e despesas de impostos correntes.

A instituição constitui uma obrigação fiscal diferida sobre a exclusão temporária de superveniência de depreciação, assim como passou a adotar a partir do exercício de 2017 a prerrogativa de constituir também um crédito tributário de igual montante sobre os prejuízos fiscais gerados pela exclusão, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2018
Crédito tributário	3.003	3.000	-	6.003
Obrigação fiscal diferida	(3.003)	(3.000)	-	(6.003)

O crédito tributário da Instituição foi constituído até o limite das obrigações fiscais diferidas correspondentes e, portanto, dispensa estudo técnico de realização.

Conservadoramente a Instituição não constituiu crédito tributário sobre suas adições temporárias cuja base seria R\$ 13.688 (2017 - 1.505), prejuízos fiscais acumulados de R\$ 17.968 (2017 - 4.852) e base negativa acumulada de contribuição social de R\$ 18.036 (2017 - 4.920).

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

No dia 07 de novembro de 2018 os acionistas realizaram uma aumento de capital de R\$ 13.472 em espécie. O Banco Central do Brasil homologou o aumento de capital em 20 de novembro de 2018.

Após o aumento de capital, o Capital Social passou a ser de R\$ 52.071 e está representado por 52.070.986 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, como segue:

Acionista	Participação %	Nro. ações	Valor integralizado
Deutsche Sparkassen Leasing Ag & Co Kg	95	49.467.436	49.467
Deutsche Objekt Leasing GmbH	5	2.603.550	2.604
Total	100	52.070.986	52.071

b. Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas estatutárias é oriundo de lucros após as destinações legais e será destinado preponderantemente para futuros aumentos de capital, ou ainda para compensação de prejuízos, consoante o que determina o parágrafo único do art. 189 da Lei 6.404/76.

c. Dividendos

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o art.202 da Lei 6.404/76. No exercício de 2018 e 2017 não houve distribuição de dividendos.

15 Partes relacionadas

As partes relacionadas da Instituição podem ser assim consideradas: os administradores, os membros do conselho deliberativo e diretoria executiva, assim como pelos membros do conselho de administração, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social da Instituição, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo controlador.

Transações com partes relacionadas

O resultado e o saldo de operações com parte relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 3750/2009, e apresentam a seguinte composição :

Descrição	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Obrigs Por Empréstimo no Exterior				
Deutsche Leasing Funding B.V. (nota 11)	(66.477)	(35.427)	(5.795)	(6.053)
Outros Créditos				
Locadora DL do Brasil	103	89	1.209	827
Outras Obrigações				
Locadora DL do Brasil	-	(15)	-	-

a. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Os gastos com remuneração dos administradores e gerência da Instituição totalizaram R\$ 1.315 em 2018 (R\$ 1.405 em 2017).

16 Composição das principais contas de resultado

a. Resultado de arrendamento mercantil

Descrição	2º Semestre	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de operações de arrendamento mercantil	21.780	45.643	28.192
Rendas de arrendamento - rec. interno	10.934	20.031	13.368
Rendas de arrendamento - rec. externo	9.729	13.578	3.812
Superveniência de depreciação	1.117	12.034	11.012
Operações de arrendamento mercantil	(12.164)	(21.835)	(13.640)
Depreciação de Bens Arrendados	(7.566)	(14.168)	(11.146)
Insuficiência de Depreciação	-	-	(348)
Variação Cambial	(4.550)	(7.582)	(2.085)
Outras despesas de arrendamento	(48)	(85)	(61)
Resultado Líquido da Operação de Arrendamento Mercantil	9.616	23.808	14.552

b. Resultado de títulos e valores mobiliários

Descrição	2º Semestre	31/12/2018	31/12/2017
Rendas aplicações interfinanceiras de liquidez	86	167	847

c. Despesas com pessoal

Descrição	2º Semestre	31/12/2018	31/12/2017
Salários	1.233	2.396	2.363
Bônus	420	756	168
Encargos trabalhistas	499	989	1.241
Férias e 13.o salário	269	518	711
Assistência Médica e Odontológica	196	457	498
Seleção e treinamento	9	18	20
Outras despesas de pessoal	125	239	827
Total	2.751	5.373	5.828

d. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2º Semestre	31/12/2018	31/12/2017
Aluguéis e Condomínio	463	906	834
Manutenção e conservação predial	(41)	71	74
Processamento de dados	428	744	492
Serviços do sistema financeiro	111	216	266
Serviços de terceiros	84	142	87
Serviços técnicos especializados	590	1.227	1.204
Despesas de transportes	53	126	105
Despesas com publicações	5	44	47
Despesas com viagens	4	166	199
Despesas com telefonia	57	106	170
Manutenção e conservação de equipamentos	69	134	26
Contribuição entidade de classe	28	86	33
Outras despesas administrativas	332	377	232
Total	2.183	4.345	3.769

e. Despesas tributárias

Descrição	2º Semestre	31/12/2018	31/12/2017
ISS	327	744	342
PIS	52	90	61
COFINS	<u>318</u>	<u>552</u>	<u>373</u>
Total	697	1.386	776

f. Outras Receitas Operacionais

Descrição	2º Semestre	31/12/2018	31/12/2017
Ressarcimento de despesas	646	1.209	835
Descontos obtidos	834	916	138
Outras	<u>456</u>	<u>541</u>	<u>67</u>
Total	1.936	2.666	1.040

17 Outras informações

- a. A Instituição não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
- b. Ativos e Passivos Contingentes - A Instituição não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma não há provisão constituída para passivos contingentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.
- c. A administração da Instituição declara que não tem conhecimento de eventos subsequentes que tenham efeitos financeiros relevantes na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
- d. A Instituição está obrigada a manter requerimentos mínimos de capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, de maneira a manter a relação entre o patrimônio de referência (PR) e o montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) igual ou superior a 9,25%. O índice de Basileia calculado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de 18,81% para o índice básico e 18,50% para o índice amplo; em 2017 os índices eram de 24,99% e 19,82% respectivamente.
- e. A administração de Instituição considera fundamental a avaliação dos riscos para a tomada de decisão, e para esse fim, conta com uma estrutura de gerenciamento de riscos constituída de acordo com sua natureza e grau de complexidade de seus negócios. As definições de limites e aprovações dos riscos assumidos são definidos em comitê com participação efetiva dos administradores. Outras práticas incluem a segregação de atividades entre as áreas de negócios e controles, bem como o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de novos produtos, e a independência de informações dessas áreas com o processo a operacionalizar. Os principais riscos gerenciados são:

- i. Riscos Operacionais:** Conforme Resolução CMN 3380/2006, a Instituição considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. A estrutura de controle de riscos operacionais visa identificar, avaliar, monitorar, testar e mitigar os riscos aos quais a Instituição possa estar exposta, através do comitê de riscos operacionais, atuando de forma corretiva e preventiva, evitando a ocorrência ou reincidência de falhas.
- ii. Riscos de Mercado:** Trata-se das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da Instituição. A gestão de riscos de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação e são monitorados pela Tesouraria, sendo revistos em bases anuais.
- iii. Riscos de Liquidez:** A Instituição monitora, controla e reporta possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que possam comprometer a solvência da Instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócios e para a administração, e suportam o planejamento de liquidez da Instituição. As principais variáveis utilizadas para a análise são: disponibilidade de caixa, níveis de caixa mínimo e projeção de fluxos de caixa.
- iv. Riscos de Crédito:** De acordo com a Resolução 3721/2009, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade do cumprimento de obrigações contratuais dos parceiros comerciais da Instituição, geradas por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, ou variações nos indicadores e moedas associadas às flutuações de mercado e seus impactos nas operações associadas. A administração monitora e controla a exposição ao risco de crédito de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito de forma a antecipar as perdas projetadas para a carteira da Instituição.
- f.** A Instituição não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários.

* * *

Renato Di Chiara
Diretor Presidente

Matheus Canhoto Gera
Diretor Vice-Presidente

Ubiratan Dantas Felizzato
Contador
CRC 1SP143431/O-3